



Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1989

ANO XV

RESOLUÇÃO Nº 45/89

DATA: 13 de outubro de 1989.

SÚMULA: Altera os percentuais da Gratificação de Representação dos Cargos em Comissão deste Poder, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Os servidores do Poder Legislativo, ocupantes de cargos de provimento em Comissão de simbologia DAS-1, a DAS-5 e de 1-C a 6-C, terão direito a percepção da Gratificação de Representação de Gabinete nos percentuais de 2.2 (dois pontos dois) e 1.0 (um ponto zero), respectivamente, de acordo com o Art. 172, inciso IV, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.10.89.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 46/89

DATA. 16 de outubro de 1989.

SÚMULA: Define critério para a operacionalização de recursos financeiros, no âmbito do Poder Legislativo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com base no disposto nos artigos 51, inciso IV, e 164, § 3º da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º - Os recursos resultantes de aplicação de disponibilidades do Poder Legislativo, no Mercado Financeiro, serão diretamente contabilizados nas contas próprias integrantes do Plano Contábil respectivo.

Parágrafo Único - A aplicação será feita exclusivamente em instituições financeiras oficiais.

Art. 2º - Os recursos auferidos serão integrados, orçamentariamente, aos constitucionalmente transferidos ao Poder Legislativo e passarão a constituir suporte pa-

ra as despesas gerais integrantes da programação orçamentária, mediante proposta do Diretor Geral que serão autorizadas e liberadas por Decreto Legislativo da Comissão Executiva.

Art. 3º - A Diretoria Financeira fará controle, em separado, do montante aplicado, através de demonstrativo, com base nos documentos específicos fornecidos pelas instituições mencionadas no parágrafo único do artigo 1º relacionando a soma, período, taxa, rendimento e fazendo prova de seu crédito na conta movimento do Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.10.89.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1989 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelo Senhor Deputado Lindolfo Júnior e pela Senhora Deputada Vera Agibert.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Renato Adur e Vera Agibert (36). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Algaci Túlio, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Neivo Beraldin, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (17). Achando-se em licença o Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSAO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a Leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n° 760/89, do Senhor Antônio Ferreira Rüppel - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o qual encaminha a essa Casa de Leis, que visa reajustar, a partir de 1º de novembro de 1989, a título de antecipação, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas deste Tribunal de Contas. Objetiva, ainda, reajustar o valor das gratificações de produtividade, de representação de gabinete e salário família. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO N° 65/89

Curitiba, 19 de outubro de 1989

Senhor Presidente.

Tendo em vista o encaminhamento por parte do Chefe do Poder Executivo, da Mensagem 75/89 prevendo aumento de vencimentos para os servidores dos Três Poderes do Estado, para que se faça cumprir o texto constitucional da atual Carta Magna (art. 96, inciso II, letra "b"), o Poder Judiciário, por meu intermédio aprovando os valores ali fixados pelo Sr. Governador Álvaro Dias, encaminha em anexo, proposta de lei, que tem por finalidade reajustar a remuneração de seus servidores.

Aproveito o ensejo para externar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.10.89

(a) ABRAHÃO MIGUEL
Presidente

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2º - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento):

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Representação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho -

CLT.

Art. 3º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para R\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos).

Art. 4º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça autorizado a, mediante decreto, baixar as tabelas de vencimentos decorrentes da aplicação da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 262/89.

Sala das Sessões, em 19.10.89

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 2176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Dispensa de Redação Final para o Projeto de Resolução n° 41/89.

Sala das Sessões, em 19.10.89

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador aposentado CLODOMIR COSTA LIMA, falecido nesta Capital.

Nomeado em 1958, exerceu o cargo de Juiz substituto no Município de Palmas, tendo assumido o cargo na Comarca de Pato Branco, foi vice-Presidente do Tribunal de Alçada, tendo por onde passou deixado grandes amigos, pelo seu grau de justiça e honestidade com que sempre desempenhou suas funções.

Seu passamento vem deixar grande lacuna nos meios judiciais, entre seus inúmeros amigos granjeados no correr dos anos e principalmente no seio de sua família, onde dificilmente poderá ser esquecido.

REQUER, também que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.10.89

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ, na pessoa de seu Presidente, Sr. Ercílio Santinoni, cumprimentando-o pela realização do "Debate Regional de Micro e Pequenas Empresas" na cidade de Maringá no dia 14 de outubro de 1989.

Sala das Sessões, em 19.10.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação dos Projetos de Lei n°s 262/89 (Mensagem n° 72/89), de autoria do Poder Executivo e, 273/89, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Outrossim, REQUER, em atendimento ao disposto no Parágrafo Único, do dispositivo regimental supra-citado, que a mesma venha a ocorrer por ocasião da votação da ordem do dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 19.10.89

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 2177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante, apoiando a proposição enviada pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, de Campo Mourão, reivindicando que a FAE instale um Posto de Venda de material escolar no Município de Campo Mourão, conforme ofício n° 964-89/90, da Câmara Municipal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento ligando Bredópolis à BR 272 e interligando o Distrito de Rancho Alegre D' Oeste, passando pelo Distrito de Arapuã no Município de Janiópolis até Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O pedido acima exposto é um atendimento de uma justa reivindicação daquelas comunidades, as quais são ricas produtoras agrícolas do Paraná e enfrentam problemas com o escoamento da produção, em virtude da falta do asfaltamento nos trechos que especificam.

Grato pela atenção que puderem dispensar ao nosso pedido, ficamos no aguardo da viabilização deste empreendimento.

REQUERIMENTO N° 2179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao D.E.R., solicitando a execução da recuperação das faixas de sinalização da Rodovia PR 480, no trecho compreendido entre Goioerê - Rancho Alegre D' Oeste e Juranda e o recapeamento da estrada Goioerê-IV Centenário-Bandeirantes D' Oeste e Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é uma reivindicação dos motoristas daquela região, os quais convivem com as más estradas, em condições precárias, facilitando desta forma os acidentes automobilísticos, além de tomarem tempo daqueles que trafegam por suas vias.

Grato pela atenção que puder ser dispensada a esta reivindicação e certo de poder contar com a costumeira atenção por parte deste órgão, ficamos no aguardo de uma breve solução.

REQUERIMENTO N° 2180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Departamento de Trânsito do Paraná, apoiando a proposição enviada pelo Vereador Celso Romualdo Ferrari, de Campo Mourão, reivindicando que desenvolva um Programa de Educação de Trânsito junto às Escolas Públicas e particulares de Campo Mourão, aproveitando o Parque de Exposições, que fica ocioso durante quase todo o ano e dispõe de ruas pavimentadas, cruzamentos, etc., conforme ofício n° 964-89/90, da Câmara Municipal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Chefe do Distrito

Sanitário do Núcleo de Apucarana, solicitando atendimento médico no Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões em, 19.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem embasada dos mais justos direitos da população do referido município, que atualmente está desatendido pelo sistema de saúde pública, além de não contar com o atendimento da rede privada. Dessa forma, os nossos municípios estão sem trabalho profissional de um médico, o que ocasiona sérios transtornos em casos de emergências ou até mesmo em casos eventuais, que são obrigados a serem efetuados em outras localidades.

Ciente da importância desta reivindicação e certo de poder contar com a costumeira atenção por parte do Distrito Sanitário de Apucarana, ficamos no aguardo de uma breve resposta.

REQUERIMENTO N° 2182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à COPEL, solicitando estudos visando a possibilidade da ampliação da rede de energia elétrica do Distrito de Farol - Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem no encontro de um anseio antigo por parte de muitos moradores daquela localidade, os quais estão desassistidos pelos serviços de energia elétrica, mesmo sendo moradores do perímetro urbano do referido distrito.

Os altos preços cobrados por ligações individuais, impossibilita-os de adquirirem este benefício, portanto a ampliação da rede seria altamente vantajosa.

Grato pela atenção que puderam dispensar a este pedido e certo de seu atendimento e da costumeira atenção por parte deste órgão, ficamos no aguardo de uma breve resposta.

REQUERIMENTO N° 2183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Diretor da TELEPAR, Senhor Fernando Xavier Ferreira, solicitando estudos visando a, possibilidade de instalação de um (PS) Posto de Serviço Telefônico na Localidade de Cachoeira dos Turcos, uma Vila do Município de Turvo.

Sala das Sessões em, 19.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação por parte dos moradores daquela localidade constitui-se em um antigo desejo e necessidade de tal benefício. Ela conta com um número considerável de pessoas interessadas na viabilidade da instalação de um PS, o qual contribuiria sensivelmente para encurtar tempo e distância, proporcionando desta forma maior conforto e rapidez àqueles moradores.

Em razão do exposto e certo de que esta instalação em muito contribuiria para o desenvolvimento da região, solicito a costumeira atenção por parte de V.Sa., ficando no aguardo de uma breve resposta.

REQUERIMENTO N° 2185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER a V.Exa., após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Dr. Alberto Bacarin, MD. Superintendente da SUREMA, solicitando informações básicas, dentro da maior brevidade possível, sobre:

- Instrumento de criação e estruturação da Instituição;
- Estrutura Administrativa e Funcional.
- Regime Financeiro;
- Relações institucionais a nível federal, estadual e municipal;
- Quadro de Pessoal;
- Planos de cargos e salários;
- Programas em desenvolvimento por Diretoria;
- Propostas em estudos ou em tramitação sobre a estrutura da Instituição;
- Demais informações que a critério da Instituição sejam relevantes para a análise de sua função.

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) LUCIANO PIZZATO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas visam subsidiar estudos de aprimoramento da estrutura institucional do Estado, ligada a recursos naturais renováveis.

REQUERIMENTO N° 2186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER a V.Exa., após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Dr. Stênio Sales Jacob, MD. Presidente do ITCF, solicitando dentro da maior brevidade, informações básicas sobre:

- Instrumento de criação e estruturação da Instituição;
- Estrutura Administrativa e Funcional.
- Regime Financeiro;
- Relações institucionais a nível federal, estadual e municipal;

- Quadro de Pessoal;
- Planos de cargos e salários;
- Programas em desenvolvimento por Diretoria;
- Propostas em estudos ou em tramitação sobre a estrutura da instituição;
- Demais informações que segundo entendimento da Instituição sejam relevantes para a análise de sua função.

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas visam subsidiar estudos de aprimoramento da estrutura institucional do Estado, ligada a recursos naturais renováveis.

REQUERIMENTO N° 2184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, sejam tomadas as providências cabíveis por este legislativo, no sentido de autorizar a impressão da Constituição Estadual pelo método braile para deficientes visuais.

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é o cumprimento de um dispositivo constitucional tradicionalmente consagrado que é o da igualdade dos cidadãos perante a lei. Os deficientes visuais merecem que nós, do Poder Legislativo, deixemos de pensar abstratamente sobre uma determinada característica e passemos a atribuí-la a um conjunto de pessoas, incluindo automaticamente, conceitos relativos ao papel social desempenhado por este grupo. Esse papel não depende unicamente da característica em questão, mas dos fatores históricos, sócio-econômico, culturais e políticos.

Assim quando associamos, por exemplo, cegueira com dependência, isso significa que na nossa sociedade, os cegos, ou pelo menos a grande maioria deles, são pessoas consideradas especialmente dependentes.

Quando dizemos que um cego não pode enxergar, estamos emitindo um conceito; o conceito da cegueira. Quando dizemos que um cego não pode atravessar a rua... depende do cego, da rua e da sociedade onde estão a rua e o cego. Portanto, se afirmamos isto, estaremos emitindo um conceito precipitado, um pré-conceito ou preconceito.

A impressão em braille da Magna Constituição Estadual, quer ser uma contribuição para que os cegos deixem de ser cidadãos específicos e possam ser considerados cidadãos comuns como os demais, tomando consciência dos seus direitos e deveres gerais e específicos.

REQUERIMENTO N° 2187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta Casa, do pronunciamento do Vereador Alceu Claro Chaves, proferido durante sessão da Câmara Municipal de Paranaguá no dia 10 de outubro de 1989.

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) (Finda a leitura do expediente).

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu horário. Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, nobres Colegas; devo tecer algumas considerações rápidas acerca do projeto de resolução que visa alterar o Quadro da Assembléia Legislativa.

Na penúltima sessão desta Casa, o Senhor Presidente retirou o Projeto de Resolução n° 58/89 da Ordem do Dia, por falta de assinatura do Senhor 1° Secretário. Agora, devidamente assinado por Sua Excelência, Deputado Tadeu Lúcio Machado, retorna o projeto na Ordem do Dia desta sessão.

Eu fui Secretário da Casa em 1979; e conheço mais ou menos bem o funcionamento desta Casa, e até porque tenho alguns mandatos e tenho a obrigação de conhecer. E já há 10 anos atrás, a Assembléia Legislativa tinha no seu Quadro cerca de 400 funcionários. E daí para cá, em virtude das aposentadorias e de algumas desistências, ou opções por outros cargos, em outro Poder, a Assembléia tem, segundo informações oficiais que recebo, que tenho, que disponho, cerca de 250 funcionários do Quadro. Evidentemente não estão incluídos aí os cargos em DAS, os cargos em comissão, e também os funcionários pelo regime da CLT.

Eu entendo necessário esta revisão, esta reforma administrativa, o reexame do Quadro da Assembléia Legislativa. Até porque nós temos um número excessivamente grande de celetistas, enquanto a Casa não promove concurso para provimento de cargos de seu Quadro, que estão vagos, há muitos

e muitos anos. Com exceção dos cargos da Taquigrafia da Casa. E tivemos, também, parece-me que recentemente, concurso para provimento de poucos, cerca de meia dúzia de cargos de redatores, nesta Casa, a Assembléia Legislativa, especialmente na sua Consultoria, precisa renovar o Quadro. É preciso uma atenção muito especial, também, ao Departamento Legislativo, que eu considero como o coração desta Casa, deste Poder. E é realmente necessário. É preocupante, até. Agora, sem conhecer minúcias, porque não houve como estudar por falta de informações. Eu considero e sei que a Comissão Executiva deteve-se no estudo do projeto. Mas, como os números de leitura rápida alcancei, nós temos no quadro atual 470 cargos, mas mais de 250 vagos. Porque, como eu disse, nós devemos ter um número aproximado de 250 funcionários efetivos no Poder Legislativo.

E na proposta do projeto de resolução que temos em mãos esse número vai a 950, por aí. Cerca de 900. Eu acho de uma importância muito grande. Nós não temos, parece-me, eu pelo menos não tenho, condições de votar conscientemente esta proposta.

Eu não quero dizer que eu seja contra. Eu estou aqui me manifestando no Horário das Lideranças para não perder a oportunidade no encaminhamento propício na hora certa.

Mas, eu queria, não sei se concluindo, para apelar até, solicitar em forma de apelo à Comissão Executiva. Não sei se através de uma Comissão integrada por um número de Deputados, de lideranças, não sei. Mas até para conhecimento dos Senhores Parlamentares para votar matéria de tamanha relevância já que nós estamos alterando o quadro de 470 cargos que tem cerca de mais de 250 vagos, para 900 cargos. Não posso votar matéria na forma que está posta sem qualquer informação para os Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PTB se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PTN se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PRP se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PSDB se fará

uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA

Com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação dos Projetos de Lei n°s 262/89 (Mensagem n° 72/89), de autoria do Poder Executivo e, 273/89 de autoria da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n° 262/89. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 262/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 72/89), que objetiva extinguir na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 22 cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo 1-C e de 211 cargos em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C, e criar na estrutura da referida Secretaria de Estado, 22 cargos em comissão de chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo DAS-5 e 211 cargos em comissão de Inspetor Estadual de Educação símbolo 1-C.

PROJETO DE LEI N° 262/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam extintos, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 22 (vinte e dois) cargos de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo 1C e 211 (duzentos e onze) cargos de provimento em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4C.

Art. 2° - Ficam criados, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 22 (vinte e dois) cargos de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo DAS-5 e 211 (duzentos e onze) cargos de provimento em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 1C.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.89

(a) Poder Executivo

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em

discussão e votação o parecer do Sr. Deputado Relator.

O SR. RAUL LOPES - (Para encaminhar) Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Parecer da Comissão Geral, parecer do Projeto de Lei n° 262/89. (Lê):

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 262/89

PARECER:

O Projeto de Lei n° 262/89, oriundo de mensagem governamental n° 72/89, objetiva a extinção e criação de cargos na estrutura da Secretaria de Estado da Educação.

O aumento das atribuições dos Chefes de Núcleos Regionais da Educação e Inspectores Estaduais de Educação, bem como a complexidade inerente aos seus cargos, é hoje uma realidade no âmbito da estrutura educacional do Estado.

Exigindo dedicação exclusiva, bem como o exercício das atribuições relativas a 79 (setenta e nove) cargos que foram extintos, tem ocasionado desmotivação e desinteresse a seus titulares.

A medida encontra-se em perfeita consonância com o art. 206 da Constituição Federal e 87 XVI, 177, IV, V e 179, VI da Constituição Estadual estando assim, portanto, revestido da mais absoluta constitucionalidade.

Portanto, inexistindo óbice legal que prejudique a tramitação do projeto nesta Casa, somos de parecer FAVORÁVEL pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.89

(a) RAUL LOPES

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em discussão o parecer. Aprovado.

Em discussão o projeto, votação, Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 41/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Formosa do Oeste, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Iracema do Oeste. (Em anexo Projeto de Lei n° 169/86, de autoria do Deputado Anibal Khury). Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 109/89, de autoria do Deputado João Arruda, que denomina de Deputado Arnaldo Busatto a rodovia PR-281, de Mangueirinha até o entroncamento com a estrada federal

BR-163, no Município de Planalto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 266/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 73/89), que objetiva transformar o Cargo em Comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado em cargo de Simbologia DAS-4 e alterar dispositivos da Lei n° 7.051, de 04 de dezembro de 1978, e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 267/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 75/89), que objetiva restaurar, a partir de 1° de novembro de 1989, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Aprovado artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 59/89, de autoria da Comissão Executiva, que fixa remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário de autoria da Comissão Executiva, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 59/89.

Art. 1° O Parágrafo Único do Art. 1° do Projeto de Resolução n° 59/89 passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - O Vice-Governador do Estado perceberá remuneração igual aos vencimentos do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal."

Sala das Sessões, em 19.10.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Apoiamento: Pirajá Ferreira.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 281/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Atuba e Jardim Atuba, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 281/88
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Atuba e Jardim Atuba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade apontada no presente plano de lei é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade lutar pelos interesses comunitários. Desenvolve programas beneficentes, culturais e sociais, atendendo aos interesses de toda a comunidade, especialmente das famílias mais carentes, conforme o relatório em anexo.

Pelas razões expostas, é justo que mereça o reconhecimento do poder público estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 281/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Atuba e Jardim Atuba, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei nº 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 21/89, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública o Movimento de Ação do R.U.C. (Ribeirãoclarenenses Unidos de Cristo). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Movimento de Ação Social do R.U.C. (Ribeirãoclarenenses Unidos com Cris-

to)", com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.02.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O "Movimento de Ação Social do R.U.C. (Ribeirãoclarenenses Unidos de Cristo)" é uma entidade civil, de fins não lucrativos e não econômicos de caráter beneficentes, educativo, cultural de assistência social, que tem por finalidade a promoção humana, com assistências às famílias pobres e às crianças desamparadas, para lhes dar e proporcionar meios de se elevarem socialmente, possibilitando-lhes vencer na vida, por meio de melhores padrões de saúde, de educação e de trabalho.

A documentação que acompanha o presente projeto de Lei por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Assim sendo, pelo justo caráter moldado na presente proposição esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 021/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o Movimento de Ação Social do R.U.C. (Ribeirãoclarenenses Unidos em Cristo).

Encontra-se o processado, instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 147/89, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação das Donas de Casa de Toledo, com sede e foro no Município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 52 de 14.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 147/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Sabino Campos, a proposta em tela visa declarar de Utilidade Pública a "Associação das Donas de Casas de Toledo", com sede e foro

no Município de Toledo.

Encontra-se o processado em conformidade com os ditames estabelecidos pela Lei n° 6.994 de 78, que estabelece as normas para declaração de Utilidade Pública, no âmbito estadual.

Ao passar por esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, de Conformidade com o artigo 48 do Regimento Interno, a presente proposta vem a receber apoio, nos aspectos legal, constitucional ou regimental, pois inexistem óbices que possam vir a prejudicar o seu trâmite normal pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, nos termos em que se apresenta.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 156/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede uma pensão de dois salários-mínimos à viúva do ex-Prefeito de Porto Rico, Senhor Celso Romão de Oliveira, a Senhora Vera Lúcia Romão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 58 de 26.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

A matéria de que se trata o projeto de lei em análise não é de hierarquia constitucional, dependendo exclusivamente da decisão do Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Não existe, igualmente, legislação estadual que ampare o pedido, restando os precedentes de inúmeras concessões anteriores. No que se relaciona a valor de benefício a ser concedido, a não existência de norma legal deixa a decisão dependente da análise de cada caso.

Depreende-se que a matéria deverá ser deliberada sob o arbítrio dos Senhores Deputados, nada obstaculizando a sua livre tramitação que, por similitude, merece o PARECER FAVORÁVEL desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 01.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

JOÃO ARRUDA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 156/89

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, pretende conceder uma pensão de dois salários-mínimos à viúva do Ex-Prefeito de Porto Rico, Senhor Celso Romão de Oliveira, a Senhora Vera Lúcia Romão.

A matéria em questão envolve um pedido em relação ao qual inexistente uma legislação estadual que venha a ampará-lo, restando portanto apenas precedentes de várias concessões anteriores.

No que tange ao valor do benefício a ser concedido, e que é objeto da presente proposta, a decisão do mesmo ficará na dependência de uma análise de cada caso concreto, suprimindo assim a carência de dispositivo legal que venha a discipliná-lo.

Da justificativa apresentada e que acompanha a proposta em questão, verificamos que a família Romão de Oliveira em muito contribuiu para o desenvolvimento e o progresso desta região. Além do que, a concessão do benefício de extrema valia à esposa e filhos do Senhor Celso Romão de Oliveira.

Esta Douta Comissão de Finanças, chamada a opinar de conformidade com o Regimento Interno desta Colenda Casa, vem a seguir o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça por entender que inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 167/89, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a "ESCOLA ESPECIAL RAIOS DE SOL - APAE" de Iguaraçu-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 62 de 28.06.89).

Comissão de Constituição e Justiça PROJETO DE LEI N° 167/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ESCOLA ESPECIAL RAIOS DE SOL - APAE", com sede e foro no Município de Iguaraçu.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE a APROVAÇÃO do referido projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 169/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM PIO XII", com sede e foro na Cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 62 de 29.06.89)

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N° 169/89

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, o plano de lei em tela visa DECLARAR DE UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM PIO XII", com sede e foro na Cidade de Campo Mourão.

Trata-se de uma entidade cuja natureza é a de uma sociedade civil, e que vem a atender aos requisitos estabelecidos pela Lei n° 6.994 de 10.01.78, que disciplina as normas de declaração de utilidade pública na âmbito Estadual. Isto que dizer que a entidade serve desinteressadamente à coletividade, não apresenta fins lucrativos e não remunera a qualquer título os seus cargos de diretoria, conforme disposições estatutárias.

Esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar nos aspectos legal, constitucional ou regimental entende que inexistem óbices de qualquer natureza que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta pelos demais órgãos desta Casa de Leis, vindo assim a se pronunciar favoravelmente pela medida ora em análise.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 172/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO DE PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 66 de 08.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 172/89

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o plano de lei em tela tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO AO ABUSO DE DROGAS - FUNPAD", com sede em Curitiba, Paraná.

A entidade em questão nada mais é do que uma sociedade civil filantrópica, sem fins lucrativos e com personalidade de Di-

reito Privado, com autonomia técnica, financeira e administrativa e de duração indeterminada, conforme pudemos observar do artigo 2° do Estatuto desta Fundação.

Além disso o estatuto desta entidade encontra-se devidamente registrado, no Cartório do 1° Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Livro "A", sob o n° de ordem 11.776, em 15.06.88.

Entre os objetivos desta Fundação, podemos destacar a criação de serviços voltados à prevenção ao abuso de drogas, bem como a recuperação dos dependentes.

Assim, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça ao ser chamada a opinar, em conformidade com o Regimento Interno, entende que nos aspectos legal, constitucional e regimental inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;

GERNOTE KIRINUS - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 190/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 67 de 09.08.89).

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N° 190/89

PARECER:

Na qualidade de relator do Projeto de Lei n° 190/89, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, que visa declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ" constatamos que o processo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto qualquer óbice de natureza legal para sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 191/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a

"ASSOCIAÇÃO LAR DA CRIANÇA DE SÃO DIMAS", com sede e foro em Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 67 de 09.08.89).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N° 191/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem a finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO LAR DA CRIANÇA DE SÃO DIMAS", com sede e foro em Colombo.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994/78, que declara as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1985, sob a inscrição n° 107, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto a Comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta atividades das mais variadas junto ao seu bairro, conforme consta no relatório do projeto de lei em tela.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do projeto de lei em questão nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do supracitado plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 273/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, que dispõe sobre o reajuste dos Servidores da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial, a partir de 1° de novembro de 1989. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 90 de 18.10.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 58/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. - Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 58/89
Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O quadro de pessoal efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a ser o desta Resolução.

Art. 2° - A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem; as respectivas séries e os vencimentos básicos são os definidos nos Ane-

xos I, II, III, IV e V desta Resolução:

Parágrafo Único- As atribuições dos cargos serão definidas por Decreto Legislativo.

Art. 3° - O acesso vertical, dentro da respectiva carreira, dar-se-á por promoção, atendidos os dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, ficando vedada a transferência de carreira, cujas vagas iniciais somente poderão ser providas através concurso público.

Parágrafo Único- Para efeito de promoção por antiguidade ou merecimento, prevalecerá o tempo de serviço na classe anterior.

Art. 4° - Os atuais ocupantes do cargo de Consultor Legislativo "A" e "B", portadores de Diploma de Bacharel em Direito, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo "A".

I - Os Consultores Legislativo "C" e "D", portadores de Diploma de Bacharel em Direito, ficam classificados no Cargo de Consultor Legislativo "B".

Art. 5° - Os atuais ocupantes do cargo de Consultor Legislativo "A" e "B", portadores de Diplomas de Curso Superior que não os definidos no artigo anterior, ficam classificados no cargo de Consultor Técnico "A".

I - Os Consultores Legislativo "C" e "B", portadores de Diploma de Curso Universitário definidos no "caput" deste artigo, ficam classificados no Cargo de Consultor Técnico "B".

Art. 6° - Os atuais ocupantes do cargo de Médico "A" e "B", e Dentista "A" e "B", ficam classificados nos cargos de Consultor Técnico "A".

I - Os ocupantes dos cargos de Médico "C" e Dentista "C", ficam classificados no Cargo de Consultor Técnico "B".

Art. 7° - Os atuais ocupantes do cargo de Jornalista "A" e Redator "C", ficam classificados nos cargos de Consultor Técnico "B".

Art. 8° - Os atuais ocupantes dos cargos de Taquígrafo "A" e "B", ficam classificados no Cargo de Taquígrafo.

Art. 9° - Os atuais ocupantes do Cargo de Técnico Legislativo ficam classificados no Cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 10 - A Comissão Executiva, através de Decreto Legislativo, promoverá dentro de trinta dias, o enquadramento dos funcionários do Quadro de Pessoal à sistemática ora instituída, na forma do disposto nesta Resolução.

Art. 11 - Os ocupantes do Cargo de Procurador do Poder Legislativo terão vencimentos, vantagens, vedações e impedimentos dos ocupantes do Cargo de Procurador de Justiça, integrantes do Ministério Público, de acordo com o princípio do artigo 39, § 1°, da Constituição Federal.

Art. 12 - Para o ingresso nos cargos iniciais para os quais se exija nível universitário, será realizado concurso público com banca examinadora composta por cinco membros, sendo três escolhidos dentre os Diretores da Assembléia Legislativa, um representante do órgão de classe da área específica do Concurso e um Membro indicado pela Comissão Executiva.

Art. 13 - As vagas remanescentes decorrentes do enquadramento de pessoal, serão extintas ao vagarem, até o número de vagas estabelecidas no Anexo I.

Art. 14 - O servidor promovido horizontalmente, perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: após 05 (cinco) anos de serviço, mais dois por cento na referência II; após 10 (dez) anos mais quatro por cento, na Referência III e após 15 (quinze) anos mais seis por cento na referência IV.

Art. 15 - Os dispositivos desta Resolução aplicam-se ao pessoal inativo.

Art. 16 - As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta do Orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 17 - Esta resolução vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 12.10.89

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

ANEXO I GRUPO OCUPACIONAL DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

ÁREA JURÍDICA

Denominação	Classe	Nº Cargos	Habilitação
Procurador	NU-1	13	Dipl. Bel. Direito
Consultor Legislativo	A NU-2	15	Dipl. Bel. Direito
Consultor Legislativo	B NU-3	15	Dipl. Bel. Direito

ÁREA UNIVERSITÁRIA

Consultor Técnico às Comissões	NU-1	04	Dipl. Nível Superior
Consultor Técnico	A NU-2	15	Dipl. Nível Superior
Consultor Técnico	B NU-3	15	Dipl. Nível Superior

GRUPO OCUPACIONAL DE SAÚDE

Médico	NU-4	15	Dipl. Medicina
Odontólogo	NU-4	12	Dipl. Odontologia
Psicólogo	NU-5	07	Dipl. Psicologia
Fisioterapeuta	NU-5	08	Dipl. Fisioterapia
Enfermeiro	NU-5	05	Dipl. Enfermagem
Fonoaudiólogo	NU-5	02	Dipl. Fonoaudiologia
Assistente Social	NU-5	02	Dipl. Assist. Social

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO LEGISLATIVO

Secretário de Comissão	SC-1	25	Curso 2º Grau
Taquígrafo	TQ-1	20	Curso de Taquigrafia

GRUPO OCUPACIONAL UNIVERSITÁRIO

Denominação	Classe	Nº Cargos	Habilitação
Engenheiro	NU-4	02	Dipl. Eng. Civil
Administrador	NU-4	02	Dipl. Administração
Contador	NU-4	04	Dipl. Contador
Jornalista	NU-4	04	Dipl. Jornalismo
Redator	NU-4	04	Dipl. Letras-Português
Outros Cursos	NU-5	25	Dipl. Curso Superior

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Oficial Legislativo	A NT-1	50	Curso 2º Grau
Auxiliar Legislativo	A NT-2	50	Curso 1º Grau
Oficial Administrativo	A NT-1	50	Curso 2º Grau
Auxiliar Administrativo	A NT-2	50	Curso 1º Grau

ANEXO II

GRUPO OCUPACIONAL DE INFORMÁTICA

Denominação	Classe	Nº Cargos	Habilitação
Analista de Sistema	NU-4	05	Curso Superior
Programador	NT-3	11	Curso Técnico
Operador	NT-4	15	Curso Técnico
Digitador	NT-5	30	Curso Técnico

ANEXO III

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO

Denominação	Classe	Nº Cargos	Habilitação
Técnico Contabilidade	NT-1	10	Curso Téc. Contab.
Técnico em Telefonia	NT-1	02	Curso Técnico
Técnico Mecanografia	NT-1	02	Curso Técnico
Operador de Telex	NT-1	02	Curso Técnico
Calígrafo	NT-1	02	Curso 2º Grau
Fotógrafo	NT-1	04	Curso 2º Grau
Cinegrafista	NT-1	02	Curso 2º Grau
Músico de Piano	NT-1	02	Curso 2º Grau
Almoxarife	NT-1	06	Curso 2º Grau
Revisor Gráfico	NT-1	10	Curso 2º Grau
Técnico Arte Fotolito	NT-1	06	Curso 2º Grau
Auxiliar de Cerimonial	NT-1	06	Curso 2º Grau
Atendente Enfermagem	NT-1	02	Curso 2º Grau
Aux. Cirurgião Dentista	NT-1	10	Curso 2º Grau
Impressor	NT-1	08	Curso 2º Grau
Arte Finalista	NT-1	04	Curso 2º Grau
Encadernador	NT-1	08	Curso 2º Grau
Técnico Climatização	NT-1	06	Curso 2º Grau
Técnico de Som	NT-1	04	Curso 2º Grau
Datilógrafo	NT-1	120	Curso 2º Grau

ANEXO IV

GRUPO OCUPACIONAL DE SERVIÇOS GERAIS

Denominação	Classe	Nº Cargos	Habilitação
Motorista	NB-1	60	Cart. Nac. Habilit.
Telefonista	NB-1	25	Curso 1º Grau
Ascensorista	NB-1	27	Curso 1º Grau
Segurança	NB-1	20	Curso 1º Grau
Operador Fotocopiadora	NB-1	10	Curso 1º Grau
Auxiliar de Plenário	NB-1	06	Curso 1º Grau
Porteiro	NB-1	16	Curso 1º Grau
Garçon	NB-1	10	Curso 1º Grau
Garagista	NB-1	05	Curso 1º Grau
Mecânico	NB-1	06	Curso 1º Grau
Pintor	NB-1	02	Curso 1º Grau
Eletricista	NB-1	02	Curso 1º Grau
Carpinteiro	NB-1	02	Curso 1º Grau
Pedreiro	NB-1	02	Curso 1º Grau
Barbeiro	NB-1	03	Curso 1º Grau
Chaveiro	NB-1	02	Curso 1º Grau
Jardineiro	NB-1	02	Curso 1º Grau
Serventes	NB-1	60	Curso 1º Grau

ANEXO V

TABELA DE VENCIMENTOS

Nível Universitário	NU-1	NCz\$
	NU-2	NCz\$ 762,93
	NU-3	NCz\$ 717,15
	NU-4	NCz\$ 671,38
	NU-5	NCz\$ 625,60
Nível Técnico	NT-1	NCz\$ 594,32
	NT-2	NCz\$ 564,60
	NT-3	NCz\$ 536,37
	NT-4	NCz\$ 509,55
	NT-5	NCz\$ 484,07
Nível Básico	NB-1	NCz\$ 379,27
Nível Técnico Legislativo	SC-1	NCz\$ 671,38
	TQ-1	NCz\$ 671,38

A Mesa informa ao Deputado Basílio Zanusso que prestará todas as informações a Vossa Excelência, posteriormente à sessão de hoje, referente ao Projeto de Resolução n° 58/89.

Sua colaboração é inestimável, por se tratar de um Deputado com vários mandatos e acrescentando-se ainda mais, que já foi 1° Secretário da Casa.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela ordem) - Sr. Presidente, é para registrar nos Anais da Casa, a presença do Vereador e Presidente da Câmara de Kaloré, Antônio Colombo e seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2175, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2176, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2184, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2177, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2178, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2179, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2180, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2181, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2182, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2183, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2185, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzato, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2186, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzato, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

gislativa.

Requerimento de n° 2187, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2188, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 109, 266 e 267/89, e do Projeto de Resolução n° 59/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 281/88, 21, 147, 156, 167, 169, 172, 190, 191, 262, 273/89 e do Projeto de Resolução n° 58/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 185, 208, 226, 280 e 281/89, e do Projeto de Resolução n° 60/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1989.

"PRONUNCIAMENTO DO VEREADOR ALCEU CHAVES"

Senhor Presidente:

Nobres Vereadores:

Mais uma vez venho fazer uso desta tribuna para criticar o Governo do Senhor Álvaro Dias, e não o Governador Álvaro Dias.

Os Senhores estão bem lembrados quando neste Plenário, no dia 14 de junho deste ano, juntamente com a população parnanguara, esteve o Senhor Secretário da Segurança Pública, Senhor Noronha, com todo o seu estafe, ou seja o Diretor da Polícia Civil e o Coronel da Polícia Militar, quando esta Câmara fez a entrega do memorial, sobre a segurança em nossa cidade, elaborado pela Comissão de Segurança desta Casa, ao Senhor Secretário, enumerando todas as reivindicações sobre a segurança de nossa Cidade.

Quando foi dito em alto em bom som, pelo Senhor Secretário, no final da reunião, que seria construída uma nova cadeia pública em nossa Cidade, com recurso cinquenta por cento da Secretaria de Segurança e outros cinquenta por cento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

E já naquela oportunidade, este Vereador juntamente com o nobre Vereador Antônio Carlos Almeida Corrêa, já o contestávamos que seria impossível a participação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, uma vez que os recursos do Porto não são para construção de cadeia e sim para atender às suas necessidades, conforme Legislação da Portobrás. O Senhor Secretário, naquela oportunidade, disse que estávamos errados e que todos nós deveríamos pressionar o Senhor Francisco Deliberador Netto, para que no prazo de 10 à 15 dias, fosse licitado a concorrência, e o que estou dizendo não estou mentindo, está aí gravado, pois esta Reunião do dia 14 de junho foi toda ela gravada.

Senhor Presidente e Nobres Vereadores, eu não posso entender como é que o Senhor Secretário de Segurança e o Senhor Francisco Deliberador Netto, esses dois Senhores, podem ser tão "caras de pau", que vêm sustentando esta construção da Delegacia, já há mais de três meses, e pior de tudo isso Senhor Presidente e Nobres Vereadores, é que fizeram o Senhor Governador acreditar nisso e, o mesmo fica divulgando que é só a Portobrás liberar o dinheiro e será construída a cadeia. Para testemunhar o que estou dizendo Senhor Presidente e Nobres Vereadores, no dia 06 de Setembro, quando este Vereador juntamente com o Presidente desta Casa, mais o Nobre Vereador Vilson Benvenutti e mais o nobre Vereador Hamilton Bonatto, presidente da Câmara Municipal de Matinhos, cobramos do Senhor Governador quando a nova cadeia seria construída em Paranaguá, o Senhor Governador apertou o interfone para o Senhor Secretário que o respondeu que estava esperando a liberação de verba pela Portobrás.

Naquela oportunidade eu disse ao Senhor Governador que não acreditava que a Portobrás liberasse o dinheiro, e o Senhor Governador, disse que não - ela iria liberar o mais rápido possível - e não só a mim foi dito pelo Senhor Governador, mas também as entrevistas ao Jornal a Gazeta do Povo, como também confirmado a todos os Sindicatos que lá estiveram, uma semana depois de nós.

Então Senhor Presidente e Nobres Vereadores, este Vereador juntamente com o Presidente desta Casa, no dia 12 de Setembro e 06 do corrente, passaram o seguinte telex, para o Senhor Carlos Theofilo de Souza e Melo, Presidente da Portobrás e recebemos a resposta no dia 07 do corrente.

Senhor Presidente e Nobres Vereadores, em nome do povo de Paranaguá, exigimos que o Senhor Secretário venha a Público, se explicar porque está brincando com coisa séria, e digo brincando, porque desde o

mês de agosto do ano passado, quando estive na Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, fez promessas.

Desde aquela época, vem fazendo pouco caso do povo Parnanguara, não só o Senhor Secretário como o Senhor Francisco Deliberador Netto, que não teve a hombridade de dizer ao Senhor Governador que a Portobrás jamais iria autorizar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a financiar tal obra.

Senhor Presidente e Nobres Vereadores, espero que o Senhor Governador ao receber a cópia do nosso pronunciamento, não o receba como uma crítica e sim como um serviço, pois não podemos admitir que auxiliares coloquem o Senhor Governador ao ridículo, prometendo aquilo que não pode ser cumprido.

Senhor Presidente, solicito que cópia do meu pronunciamento, bem como xerox dos telex, sejam enviados às seguintes autoridades;

- Exmo. Sr. Governador Álvaro Dias;
- Exmo. Sr. Prefeito José Vicente Elias;
- Exmo. Sr. Secretário dos Transportes;
- Exmo. Sr. Engº Alfredo Jorge Budant-
- Presidente da ACIAP;
- Exmo. Sr. Deputado Estadual Hermas Brandão;
- Exmo. Sr. Deputado Lindolfo Júnior;
- Exmo. Sr. Deputado Algaci Túlio;
- Exmo. Sr. Deputado Eduardo Baggio;
- Exmo. Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti;
- Exmo. Sr. Delegado da Polícia-Sr. Nabor.

(a) VEREADOR ALCEU CHAVES

1º Secretário

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

11ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de hum mil, novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, sob a presidência do Deputado Cândido Bastos. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 226/89, de autoria do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Relator Deputado Orlando Pessuti pronuncia Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sylvana Zeballos, Secretária da Comissão.

(aa) Dep. CÂNDIDO BASTOS

Presidente

SYLVANA ZEBALLOS

Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro de um mil, novecentos e oitenta e nove, na Sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações sob a Presidência do Senhor Deputado Acir Mezzadri. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 301/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, denominando de "Prefeito Octávio Furquim", o trecho da PR 092 que liga os Municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul, neste Estado. Relator Deputado José Felinto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 222/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, autori-

zando o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à União dos Escoteiros do Brasil. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei 165/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, acrescentando parágrafos e itens à Lei n° 1211 de 16 de dezembro de 1.953. Relator Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo Secretário da Comissão.

(aa) Deputado ACIR MEZZADRI
Presidente
SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO
Secretário

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO - COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
BALANCETE DO MÊS DE SETEMBRO DE 1989

ATIVO

DISPONÍVEL

201.10 - Tesouraria20.688.426,24

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

202.11 - Pessoal Civil15.687.817,19
202.12 - Obrig. Patronais1.246.733,34
202.21 - Mat. de Consumo655.542,55
202.22 - S. T. e Encargos2.809.712,94
202.23 - Desp. do Exerc. Ant.7.868,57
202.31 - Sub. Sociais583.200,00
202.41 - Inativos5.325.756,06
202.42 - Pensionistas474.880,53
202.43 - Salário Família28.391,06
202.44 - Apoio Financ. a Est.-0-
202.45 - Assist. Méd. Hosp.47.627,00
202.46 - Out. Transf. a Pessoas707,72
202.51 - Obras e Instalações-0-
202.52 - Equip. e Mat. Perm.26.868.236,96

CONTAS PENDENTES

203.11 - Desp. Diferida-0-
203.12 - Out. Cont. Pend.-0-
203.13 - Div. Responsáveis-0-

EXERC. DESP. EXTRA ORÇAMENTÁRIA

204.11 - Receita Patrimonial1.533.821,74
204.12 - Outras-0-
1.533.821,74

TOTAL DO ATIVO 49.090.484,94

DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

PALÁCIO "XIX de DEZEMBRO" em 18 de outubro de 1989

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

PASSIVO

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

PESSOAL

211.11 - Pessoal Civil15.522.000,00
211.12 - Obrig. Patronais1.391.000,00
211.13 - Inativos5.859.000,00
211.14 - Pensionistas513.000,00
211.15 - Salário Família46.000,00
211.16 - Out. Transf. Pessoas2.000,00
23.333.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

211.21 - Mat. de Consumo463.833,00
211.22 - S. T. e Encargos2.125.386,00
211.23 - Desp. do Exerc. Ant.7.470,00
211.24 - Sub. Sociais583.200,00
211.25 - Apoio Financ. Est.-0-
211.26 - Assist. Méd. Hosp.47.627,00-
3.227.516,00

CAPITAL

211.31 - Obras e Instalações-0-
211.32 - Equip. Mat. Perm.-0-

CREDORES

212.10 - Desp. Empenhada1.080.265,57
213.10 - Desp. Processada593.809,68
213.20 - Folha de Pagamento76.092,55
213.30 - Restituições178,02
1.750.345,82

CONTAS PENDENTES

215.10 - Out. Cont. Pendentes-204,08
215.11 - Ext. dos Centavos-0-
204,08

RESTOS A PAGAR

216.10 - Empenhadas16.566,88
216.20 - Processadas248,92
216.30 - Cred. em Consignações29,69
216.40 - Proc. Fol. Pagamento-0-
16.845,49

CREDORES DIVERSOS

217.10 - Consignações754.327,01
754.327,01

RECEITA PATRIMONIAL

218.10 - Rec. de Aplicações20.008.246,54
218.11 - Rec. Diversas-0-
20.008.246,54

TOTAL DO PASSIVO 49.090.484,94